

WEB JORNALISMO

02 • F5 ONLINE
Defensoria Itinerante reforça atendimento em Pedras de Fogo de 3 a 5 de agosto

<https://f5online.com.br/defensoria-itinerante-reforca-atendimento-em-pedras-de-fogo-de-3-a-5-de-agosto/>

03 • MPPB
Corregedorias do MPPB, TJ e DPE iniciam diálogo para superar entraves procedimentais sobre ANPP

<http://www.mppb.mp.br/index.php/43-noticias/corregedoria/23524-corregedorias-gerais-do-mppb-tjpb-e-dpe-iniciam-dialogo-para-superar-entraves-procedimentais-sobre-o-anpp>

05 • ANDERSON SOARES
5 DE AGOSTO: comércio, TJ e órgãos públicos da PB funcionam; bancos e repartições municipais de JP não terão expediente

<https://www.blogdoandersonsoares.com.br/2021/08/5-de-agosto-comercio-tj-e-orgaos-publicos-da-pb-funcionam-bancos-e-reparticoes-municipais-de-jp-nao-terao-expediente/>

08 • PARAIBA.COM
Defensoria participa do retorno do projeto Acesso Cidadão e doa cadeiras de roda

<https://paraiba.com.br/2021/08/08/defensoria-participa-do-retorno-do-projeto-acesso-cidadao-e-doa-cadeiras-de-roda/>

09 • BLOG ANDERSON SOARES
Daniella Ribeiro destina R\$ 300 mil para construção da Casa da Mulher Brasileira

<https://www.blogdoandersonsoares.com.br/2021/08/daniella-ribeiro-destina-r-300-mil-para-construcao-da-casa-da-mulher-brasileira/>

• ANADEP

Defensoria Itinerante volta a Princesa Isabel para reforçar atendimento na comarca

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49389>

10 • F5 ON LINE
Daniella Ribeiro destina R\$ 300 mil para construção da Casa da Mulher Brasileira

<https://f5online.com.br/daniella-ribeiro-destina-r-300-mil-para-construcao-da-casa-da-mulher-brasileira/>

• CLICK PB
Daniella Ribeiro destina R\$ 300 mil para construção de Casa da Mulher Brasileira, que irá atender mulheres vítimas de violência doméstica

<https://www.clickpb.com.br/politica/daniella-ribeiro-destina-r-300-mil-para-construcao-de-casa-da-mulher-brasileira-que-ira-atender-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-312031.html>

11 • PARAIBA.COM
Por causa da Covid-19, Justiça determina afastamento de gestante do trabalho em Prefeitura da Paraíba

<https://paraiba.com.br/2021/08/11/por-causa-da-covid-19-justica-determina-afastamento-de-gestante-do-trabalho-em-prefeitura-da-paraiba/>

12 • PARAIBA.COM
Ações de saúde em unidades prisionais da Paraíba são discutidas durante reunião na Capital

<https://paraiba.com.br/2021/08/12/acoes-de-saude-em-unidades-prisionais-da-paraiba-sao-discutidas-durante-reuniao-na-capital/>

• CONSULTOR JURIDICO
Prazo para recurso da Defensoria é dobrado, mesmo com ingresso tardio

<https://www.conjur.com.br/2021-ago-12/prazo-defensoria-dobrado-mesmo-ingresso-tardio>

• G1 PB
Governador define o mais votado de pleito como novo procurador-geral do MP da PB

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/08/12/governador-define-o-mais-votado-de-pleito-como-novo-procurador-geral-do-mp-da-paraiba.ghtml>

• R7 PORTAL CORREIO

Sistema Correio se une à Rede de Proteção às Pessoas em Vulnerabilidade Social em campanha de arrecadação de cobertores e agasalhos

<https://noticias.r7.com/cidades/portal-correio/sistema-correio-se-une-a-rede-de-protecao-as-pessoas-em-vulnerabilidade-social-em-campanha-de-arrecadacao-de-cobertores-e-agasalhos-12082021>

• WS.COM

Parlamento Jovem da Paraíba é lançado em Sessão Especial da Assembleia

<https://wscom.com.br/parlamento-jovem-da-paraiba-e-lancado-em-sesao-especial-da-assembleia/>

• PORTAL CORREIO

Antônio Hortêncio Rocha Neto é nomeado procurador-geral de Justiça

<https://portalcorreio.com.br/antonio-hortencio-rocha-neto-e-nomeado-procurador-geral-de-justica/>

• ANADEP

PB: Live debate o reconhecimento de pessoas e o racismo estrutural no proce

<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49445>

• PARAIBA.COM

Live debate o reconhecimento de pessoas e o racismo estrutural no processo penal

<https://paraiba.com.br/2021/08/18/live-debate-o-reconhecimento-de-pessoas-e-o-racismo-estrutural-no-processo-penal/>

• G1 PB

Homem preso de forma irregular por mais de um ano deixa prisão na Paraíba

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/08/20/homem-preso-de-forma-irregular-por-mais-de-um-ano-deixa-prisao-na-paraiba.ghtml>

• ANADEP

PB: Defensoria consegue na Justiça relaxamento de prisão ilegal em Bayeux

<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49478>

• PARAIBA FEMININA

Voluntárias ultrapassam 170 horas de atendimento psicológico à mulheres vítimas de violência em 4 meses

<https://paraibafeminina.com.br/index.php/2021/08/26/voluntarias-ultrapassam-170-horas-de-atendimento-psicologico-a-mulheres-vitimas-de-violencia-em-4-meses/>

• PARAÍBA MASTER

GEEPAPA informa sobre a retirada de tornezeiras em reeducandos do regime aberto de JP

<https://paraibamaster.com.br/2021/08/26/geepapa-informa-sobre-a-retirada-de-tornezeiras-em-reeducandos-do-regime-aberto-de-jp/>

• BLOG GRANCOINCURSOS ON LINE

Concurso DPE PB Defensor: Regulamento PUBLICADO! Veja!

<https://blog.grancoincursosonline.com.br/concurso-dpe-pb-defensor-regulamento-publicado/>

• PARAIBA ON LINE

Governo da Paraíba lança e-book do Protocolo de Feminicídio

<https://paraibaonline.com.br/paraiba/governo-da-paraiba-lanca-e-book-do-protocolo-de-feminicidio/>

• FOLHA PATOENSE

Psicólogas voluntárias atenderão vítimas de violência de gênero assistidas pela Defensoria Pública da Paraíba

<http://www.folhapatoense.com/2021/04/28/psicologas-voluntarias-atenderao-vitimas-de-violencia-de-genero-assistidas-pela-defensoria-publica-da-paraiba/>

• F5 ON LINE

DPE-PB publica regulamento do 2º concurso para defensor público da instituição

<https://f5online.com.br/dpe-pb-publica-regulamento-do-2o-concurso-pa-ra-defensor-publico-da-instituicao/>

DPE-PB publica regulamento do 2º concurso para defensor público da instituição

<https://f5online.com.br/dpe-pb-publica-regulamento-do-2o-concurso-pa-ra-defensor-publico-da-instituicao/>

• G1 PB

Novo concurso da Defensoria Pública da Paraíba tem regulamento publicado

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/08/31/novo-concurso-da-defensoria-publica-da-paraiba-tem-regulamento-publicado.ghtml>

• JORNAL DA PARAIBA

Defensoria Pública do Estado da PB publica regulamento de concurso público

<https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/2021/08/31/defensoria-publica-do-estado-da-pb-publica-regulamento-de-concurso-publico>

• PB AGORA

DPE-PB publica o Regulamento do 2º Concurso para Defensor Público da instituição

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/dpe-pb-publica-o-regulamento-do-2o-concurso-para-defensor-publico-da-instituicao/>

• FOLHA DIRIGIDA

Concurso DPE PB tem regulamento publicado. Veja as disciplinas!

<https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/defensoria-publica-do-estado-da-paraiba/concurso-dpe-pb-2021-regulamento-defensor>

• TÁ NA ÁREA

Condege disponibiliza Pesquisa Nacional da defensoria Pública 2021

<https://www.tanaarea.com.br/brasil/condege-disponibiliza-pesquisa-nacional-da-defensoria-publica-2021/>

• TERMÔMETRO DA POLÍTICA

Concurso para defensor público da Paraíba tem regulamento publicado

<https://www.termometrodapolitica.com.br/2021/08/31/concurso-para-defensor-publico-da-paraiba-tem-regulamento-publicado/>

• PARAÍBA ON

Regulamento do 2º concurso para a Defensoria Pública da Paraíba é publicado

<https://paraibaon.com.br/2021/08/31/regulamento-do-2o-concurso-para-a-defensoria-publica-da-paraiba-e-publicado/>

• CLICKPB

Defensoria Pública da Paraíba publica o Regulamento do segundo concurso para defensor público

<https://www.clickpb.com.br/emprego/concurso/defensoria-publica-da-paraiba-publica-o-regulamento-do-segundo-concurso-para-defensor-publico-313496.html>

Semana da Assistência às Pessoas Privadas de Liberdade começa hoje

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), por meio da Vara de Execução Penal (VEP) da Comarca de João Pessoa, e o Conselho da Comunidade, promovem a 'I Semana Estadual da Assistência aos Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade'. A programação tem início hoje e vai até a próxima quinta-feira (5), com ações voltadas aos familiares dos apenados da Penitenciária Média Hitler Cantalice e atendimento de 30 famílias pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB).

Segundo o juiz titular da VEP de João Pessoa, Carlos Neves da Franca Neto, a 'Semana Estadual de Assistência aos Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade' foi instituída pela Lei 11.449/2019 e tem como seu principal objetivo valorizar a manutenção dos vínculos familiares e sua importância no processo de ressocialização dos apenados, com realização de ações destinadas às famílias das pessoas que se encontram recolhidas em estabelecimentos prisionais.

De acordo com a lei estadual, as ações podem ser desenvolvidas em conjunto com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Também é fundamental a participação do Ministério Público, da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB), universidades, organizações não governamentais, sociedade civil organizada e dos meios de comunicação.

No primeiro dia de programação, das 9h às 12h, haverá um diálogo entre os integrantes do Conselho da Comunidade com os membros que compõem a administração da Penitenciária Média Hitler Cantalice e familiares de presos. A ideia é falar sobre a importância e objetivos do evento.

Amanhã, na mesma penitenciária e horário, terá uma celebração ecumênica, com familiares dos apenados e representantes do Conselho da Comunidade, com o tema 'Valorização da Família'.

Já no terceiro e último dia de programação, na Sede da Defensoria Pública, também das 9h às 12h, haverá atendimentos, previamente agendados, aos familiares dos apenados com o juiz Carlos Neves, e uma palestra proferida pelo mesmo magistrado. "Muitas vezes, as famílias ficam desamparadas com seu ente preso. É preciso chamar a atenção da sociedade para esse problema social e dizer que essas pessoas carecem de iniciativas como essa, para que consigam tocar suas vidas de maneira

digna", observou o juiz da VEP. Ele acrescentou que os atendimentos, assim como a palestra, serão feitos no formato virtual.

Conselho

A Lei de Execução Penal (7.210/84), em seu artigo 1º, tem um objetivo específico que é o de proporcionar condições para a integração social do condenado. A mesma lei também não restringe essa atribuição tão somente ao Estado e legitima o Conselho da Comunidade, com representantes da sociedade, a acompanhar, fiscalizar e sugerir métodos de reinserção do apenado e da apenada à sociedade, inclusive com desenvolvimento de projetos que

diminuem a pena imposta, que movimenta a economia e gera renda aos beneficiados.

Cada Conselho da Comunidade constituído possui atuação no âmbito municipal. O Conselho de João Pessoa possui os seguintes membros: Carlos Neves, juiz titular VEP-JP; Andrea Arcoverde, juíza auxiliar VEP-PB; Nilo Siqueira, promotor de Justiça; Severino Nunes Lucena, defensor público; Thiago Robson, presidente; Ronaldo Porfírio, policial penal; Cízia de Assis, assistente social; Raquel Lauritzen, psicóloga; José Neto, advogado; Massilon Ramos (Arquidiocese da Paraíba); e Miguel Soares (Igreja Universal).

Foto: Gecom/TJPB



Carlos Neves da Franca Neto, juiz titular da Vara de Execução Penal de JP

Comércio, TJ e órgãos públicos estaduais funcionam amanhã

Feriado de Fundação da Paraíba foi antecipado para março; bancos e repartições municipais de JP não terão expediente

Iracema Almeida
iracemalubiano@epc.pb.gov.br

Amanhã, dia 5 de agosto, tradicionalmente é feriado estadual em comemoração à fundação da Paraíba. Entretanto, por conta da pandemia da covid-19, o Governo do Estado já havia emitido a Medida Provisória 295, em 25 de março, antecipando essa data para o dia 1º de abril deste ano. Assim, amanhã o comércio, shoppings, as repartições públicas estaduais e órgãos da Justiça, Defensoria Pública irão funcionar com seus horários de expedientes normalmente. Mas, as agências bancárias públicas e privadas estarão fechadas.

De acordo com a assessoria de comunicação do Sindicato dos Bancários da Paraíba, como os bancos abriram para atendimento ao público no período da Semana Santa, quando seria a antecipação desse feriado, as agências bancárias permanecerão fechadas amanhã. Com isso, as pessoas que possuem contas com vencimento em 5 de agosto poderão pagar seus boletos sem acréscimos de juros na sexta-feira (6).

Na capital, a Prefeitura de João Pessoa informou que os órgãos públicos municipais também permanecerão sem expediente. É que o dia 5 de agosto, além de ser comemorado a fundação da Paraíba também é celebrado o Dia da Padroeira de João Pessoa, Nossa Senhora das Neves, e aniversário da cidade, que completa 436 anos de fundação.

O procurador-geral do município, Bruno Nóbrega, explicou que existem dois feriados na mesma data e em abril foi antecipado o estadual, porém o municipal permanece sendo comemorado no dia 5 de agosto.

Apesar da decisão municipal, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de João Pessoa (CDL-JP), Nivaldo Vilar, afirma que comerciantes foram surpreendidos com a decisão da Prefeitura de João Pessoa de manter o feriado municipal, mas garantiu a abertura dos estabelecimentos.

"Estamos às vésperas do Dia dos Pais, uma data que movimentava as vendas e não podemos fechar. Esse feriado já ocorreu e vamos abrir normalmente", afirmou Nivaldo.

A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba (Fecomércio-PB), através da assessoria de comunicação, divulgou uma nota informando que "em função da determinação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em relação ao feriado de 5 de agosto, e respeitando a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022, homologada junto ao Ministério do Trabalho, os lojistas que desejem abrir seus estabelecimentos devem respeitar a cláusula 40ª da referida convenção". Assim, os empregadores terão que garantir um dia de folga e mais o valor de uma diária aos funcionários.

Já em relação aos shoppings centers de João Pessoa, o funcionamento será normal como em todos os dias da semana, das 10h às 22h. Em Campina Grande, esses estabelecimentos também abrirão. Em Guarabira, as lojas, cinemas e praça de alimentação funcionarão das 10h às 21h. Na cidade de Patos, no Sertão paraibano, os dois shoppings terão expediente normal. Vale lembrar que os bancos existentes nesses locais estarão fechados.

O transporte público da capital vai funcionar com a mesma frota dos dias normais. Os trens urbanos que fazem o transporte de passageiros entre Santa Rita, Bayeux, João Pessoa e Cabedelo terão viagens normais.

Apesar do feriado municipal em João Pessoa, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) e Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) vão seguir o decreto estadual do final de março. Assim, os expedientes serão mantidos. "O TJ-PB vai seguir o Estado. Quando o feriado foi antecipado o presidente Saulo Benevides publicou um decreto acompanhando a decisão estadual", informou a assessoria de comunicação.



Foto: Marcus Antonius

Entidades lojistas informaram que o comércio de João Pessoa manterá o expediente amanhã e esperam boas vendas devido a proximidade do Dia dos Pais



Programa de proteção integrada

Segundo Mônica Brandão, a Paraíba é um dos poucos Estados brasileiros que executa o programa com uma equipe multiprofissional, pois em outros locais a Patrulha conta apenas com a Polícia Militar. Para ela, isso permite inserir a mulher em projetos de assistência e encaminhá-la para outras ações, além da medida protetiva, trabalhando inclusive a prevenção de outros episódios de violência. “Na Paraíba é executado pela equipe multiprofissional e a PM de forma integrada. Esse local de acolhimento não é um batalhão, é uma casa para que a mulher saiba que ela pode chegar e vamos olhar para ela”, descreveu.

Os policiais, neste caso, não atendem todas as ocorrências de violência, mas, exclusivamente, as mulheres acompanhadas. O objetivo da patrulha é monitorar, acolher e fiscalizar o cumprimento da medida protetiva.

Além da patrulha, o Estado também possui outros serviços voltados às mulheres vítimas de violência: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (Campina grande); Centro de Referência

Intermunicipal de Atendimento às Mulheres do Cariri - Maria Eliane Pereira dos Anjos (Sumé); Casa Abrigo Aryane Thais que atende a Grande João Pessoa (endereço não pode ser informado; Pedido e renovação de medidas protetivas online; Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (Deams); Defensoria Pública do Estado; o TJPB e o Ministério Público da Paraíba(MPPB).

A secretária adiantou que o cronograma do planejamento do Governo do Estado para interiorizar as ações será inaugurada uma casa de abrigo temporário em Sousa, em parceria com a Prefeitura Municipal. “Na aplicação da Lei Maria da Penha, nos programas e equipamentos do Estado na proteção a mulher estamos bem. O ponto crítico é que durante a pandemia essa violência aumentou no mundo inteiro, inclusive na Paraíba. Por isso, o Governador João Azevêdo, determinou que os serviços ficassem funcionando e tivemos ampliação”, finalizou Lídia Moura.

Leia mais na página 13

Paraíba

Edição: Clara Roberto | Editoração: Bruna Moradoni

Mais segurança

Ações da Polícia Civil têm resultado em prisões, elucidações de crimes e desertificação de grupos criminosos em toda a Paraíba. **Página 8**



Foto: Acervo pessoal

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 8 de agosto de 2021 | A UNIÃO 5

Dia dos Pais: quando o maior "herói" está dentro de casa

Eles estão a postos em todas as situações, sempre têm uma palavra de conforto e são decisivos na formação dos filhos

Lucilene Meireles
lucilene@jornaluniao.pb.gov.br

Desde a mais tenra idade, a criança vê o pai como um herói. É aquele que sabe de tudo, que resolve qualquer problema, que pode fazer qualquer coisa. Com o passar do tempo, na fase da adolescência, o pai, às vezes, é visto quase como um ditador, que proíbe, reclama e discorda das vontades das crianças, por sua vez, se acham maduras demais para tomar decisões. Já na idade adulta, a vida mostra aos filhos uma situação bem mais realista. Quando amadurecem, eles compreendem cada não, passam a ser responsáveis por seus heróis e têm a certeza de que cada momento vivido com eles é único e precisa ser aproveitado da melhor forma.

Sejam crianças ou adultos, os filhos sempre terão a certeza de que os pais são uma referência sólida, um porto seguro, o apoio com o qual vão

dar, de amar, de educar, de ser, e os dois sempre foram muito presentes desde que nasceu", contou Anna.

O pai biológico, Marivaldo da Cunha Melo, sempre foi brincalhão e cuidadoso, apaixonado pelos filhos porque, depois de Anna, nasceram mais três meninas e um menino. "Eu o amo demais, sempre vou visitá-lo e cada vez é uma festa, um momento de curtir e também de aprender com ele", comentou.

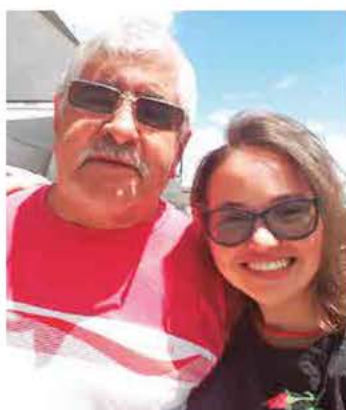
A convivência diária, porém, sempre foi maior com o pai adotivo, o ex-defensor público Jaime Ferreira. "Acho que é normal, porque moramos juntos a vida toda. Por isso mesmo, com ele, sempre foi maior a intimidade para conversar, falar sobre coisas diversas da vida. Éramos muito próximos e sua partida deixou um vazio que nenhuma palavra pode mensurar", lembrou emocionada. Jaime faleceu em abril de 2019.

Dois pais diferentes, dois amores distintos e Anna tem a certeza de que esse amor foi o maior que uma filha poderia ter. "Dois pais diferentes, um brincalhão, o outro mais sério, mas sempre me senti amada e cuidada da forma mais pura. Meu pai adotivo não está mais presente, mas assim como meu pai biológico, sempre será meu exemplo de amor, cuidado, pai. Eu amo os dois e eles sempre serão os meus heróis", completou.

Inocência

A diferença de idade entre Maria Alice e Miguel Francisco é de apenas um ano e, com isso, os dois têm praticamente as mesmas necessidades de atenção da família, de parceria nas brincadeiras e na hora de fazer as tarefas escolares. O último ano, por conta da pandemia, marcou muito pelo fato de ficarem em casa o dia inteiro e, nesse período, os jogos online acabaram sendo um dos grandes aliados no entretenimento dos pequenos.

Filhos do funcionário público Enildo Gomes e da enfermeira Flávia Azevedo, eles explicaram, com suas palavras, as razões pelas quais consideram o pai um verdadeiro herói. "Meu pai é um herói porque ele sabe tudo de jogos, ele entende tudo de computador e de jogo on-line. Meu pai toma conta da gente quando a minha mãe vai trabalhar. Às vezes, ele dorme comigo e também brinca. O meu pai é um bom pai", resumiu Miguel Francisco Gomes, de 8 anos.



Anna Karolyna conta que teve a sorte de ter dois pais heróis, o adotivo, Jaime Ferreira, já falecido, e o biológico, Marivaldo Cunha

Para Maria Alice Gomes, 9 anos, uma das características que fazem o pai ser um herói é o fato de brincarem juntos e jogarem como parceiros. "Meu pai é um herói porque eu gosto quando ele brinca comigo, quando joga, quando ele entende o que eu estou falando do meu jogo. Também gosto muito quando a gente vai passear", comentou.

Mesmo com tão pouca idade, a menina sabe observar as situações e se reclama quando o pai chama a atenção. Mesmo com uma série de elogios, ela faz algumas ressalvas. "Meu pai é muito bom e não briga muito comigo. Às vezes, ele é chato, muito chato, mas também ele é muito bonzinho", avaliou a menina.

Um modelo de dedicação

Desde que nasceu, a estudante de Estética e Cosmética, Júlia Karinne da Silva Carneiro, 19 anos, foi cercada de muito amor pela família, mas o pai, o advogado Jaime Carneiro Neto, sempre teve uma dedicação especial pela filha caçula, uma pitada a mais de mimos e também de ouvir confidências.

Ela contou que os dois têm muitas histórias boas e que só o fato de estarem juntos é motivo de comemoração. Os dois, junto à mãe e à irmã mais velha, são parceiros em tudo, na diversão e quando o assunto é sério. "Meu pai

é meu exemplo de homem, de luta e também de conquista. Esse é meu pai, meu herói. Batalhou muito na vida, trabalhou como motorista, vigia de departamento jurídico, servidor público e hoje é advogado. E que advogado. É nele que penso quando sonho com o futuro. Seguindo seu exemplo, sei que as coisas vão dar certo e que, com meu esforço, irei realizar meus sonhos, assim como ele conseguiu", disse, com admiração.

Ela comentou que, mesmo com toda a correria da vida, o pai sempre foi muito presente e buscou o melhor para a família. "Ele nunca deixou faltar a coisa mais importante e base de tudo, que é o amor. Ele é meu orgulho e minha inspiração diária. Agradeço por sempre me apoiar em tudo e estar sempre ao meu lado", agradeceu.

Psicólogos

Pensar a 'presença de um pai', num primeiro momento, pode remeter à representação convencional de uma figura masculina, de aparência forte e enigmática – muitas vezes ausente pelos compromissos externos em ser provedor do ambiente familiar – uma figura que sai bem cedo e volta tarde e tem pouco tempo para ser sentido e por isso pode ser até mais idealizado do que real em muitas histórias. A observação é do psicólogo clínico Lucivito Silva.



Foto: Acervo pessoal

Na maioria dos casos, quando ele representa uma presença de cuidado e segurança, fatores que vão além de recursos materiais, principalmente para os filhos menores, resulta em conforto e autonomia. "Por outro lado, se essa presença é sinônimo de excessos, de violência e de punição – extensão da cultura machista que ainda precisamos vencer –, melhor seria crescer na distância desta presença", observou.

A falta da presença paterna pode marcar mais ou menos intensamente a vida de uma pessoa. Depende do lugar da falta, do modo como se aprendeu a lidar com esta falta, de como se deseja ou se evita preenchê-la. O psicólogo afirmou que as novas gerações têm lidado muito pouco com as frustrações, com os vazios e as falhas. Por isso, precisam de ajuda para entender que tudo isso compõe o ser humano: presenças e ausências – algumas boas e suaves, outras sufocantes e pesadas.

O psicólogo concluiu, ensinando que há momentos essenciais e marcantes para a presença de pai. Em alguns, essa presença é tudo, como na infância. Em outros, os filhos precisam que ela dê espaço e confiança, como a adolescência e juventude, e há momentos nos quais somente essa presença dá conforto diante das incertezas, mesmo enquanto adultos.

Dia dos Pais

A data varia conforme o país, mas, no Brasil, é comemorada no segundo domingo de agosto

contar de forma incondicional em qualquer situação.

Amor em dobro

Primogênita de uma família de cinco irmãos, a estudante de Administração, Anna Karolyna Ferreira da Cunha, 29 anos, se diz feliz em dobro por ter contado com dois pais durante toda a vida. A mãe, aos 15 anos, sem nenhuma experiência, contou com o apoio de uma família de amigos para dar os primeiros passos na criação de Anna. A convivência reforçou a amizade de tal forma que a família adotou a menina como filha. E, assim, ela passou a conviver de forma integral com a segunda família, sem perder o vínculo com os pais biológicos. O arranjo deu muito certo. "Ter dois pais é, realmente, uma bênção. Não tem como definir a minha gratidão por ter tido os dois na minha vida. Sempre fui amada duplamente, cada um com seu jeito de cui-

“É nele que penso quando sonho com o futuro. Seguindo seu exemplo, sei que as coisas vão dar certo e que, com meu esforço, irei realizar meus sonhos, assim como ele conseguiu.”

Júlia Karinne Carneiro
Sobre o seu pai, Jaime Carneiro Neto

A estudante Júlia Karinne ressaltou a complicidade e o exemplo que seu pai, Jaime Neto, representa



“Meu pai é um herói porque eu gosto quando ele brinca comigo... Meu pai é muito bom e não briga muito comigo. Às vezes, ele é chato, muito chato, mas também ele é muito bonzinho.”

Maria Alice Gomes
Falando sobre o seu pai, Enildo Gomes

Maria Alice Gomes com o irmãozinho Miguel Francisco e o pai, o funcionário público Enildo Gomes



DPE realiza curso sobre gênero e sexualidade

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), por meio da Coordenadoria de Defesa da Mulher, e a ONG Somos realizam no mês de agosto o Curso de Formação Gênero, Sexualidade e Justiça Criminal, destinado a defensores públicos e demais servidores da Justiça Criminal e da execução penal.

Os encontros estão agendados para os dias 16, 23 e 30 de agosto, das 10h às 12h. Os interessados devem se inscrever através do email defesadamulher@defensoria.pb.def.br. As aulas serão ministradas pelos membros ativistas da ONG Somos Caio Cesar Klein (mestre em Ciências Criminais) e Guilherme

Gomes Ferreira (doutor em Serviço Social).

A formação em Gênero, Sexualidade e Justiça Criminal é parte integrante do projeto Passagens, uma iniciativa da Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade, realizada através de financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que objetiva promover direitos humanos de pessoas LGBTI+ em privação de liberdade.

Atualmente, o projeto empenha esforços para a implementação dos recentes parâmetros de tratamento penal de pessoas LGBTI+ estipulados pela Resolução 348 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Novo procurador-geral de Justiça

João Azevêdo nomeia mais votado na lista tríplice do Ministério Público

O governador João Azevêdo escolheu ontem o promotor Antônio Hortêncio Rocha Neto para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça no biênio 2021-2023. O ato governamental com a nomeação foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta sexta-feira.

A decisão do chefe do Executivo estadual atendeu a escolha do candidato mais votado nas eleições do Ministério Público da Paraíba (MPPB) para a composição da lista tríplice e aos pedidos da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) e Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Paraíba (SINDSEMP-PB) em defesa do postulante que recebeu mais votos no pleito ocorrido no dia 29 de julho.

O critério de escolha pelo candidato mais



Antônio Hortêncio Rocha Neto ingressou no Ministério Público Estadual em 2000 e já ocupou os cargos de promotor de Justiça nos municípios de Sumé, Monteiro, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa

votado tem sido respeitado pelo governador João Azevêdo em diversas eleições, a exemplo da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do próprio Ministério Público do Estado, acolhendo a vontade da maioria dos votantes nos processos democráticos.

Perfil

Antônio Hortêncio Ro-

cha Neto é 7º promotor de Justiça de João Pessoa, com atribuições na área criminal; secretário-geral do MPPB (2017-atual); secretário do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) e membro das comissões de Elaboração Legislativa (CEL), de Análise do Quadro de Membros, de Gestão do Teletrabalho e integrante do Núcleo de Inovação e do Comitê de Tecnologia da

Informação do MPPB. Ele ingressou na instituição em 2 de maio de 2000 e já ocupou os cargos de promotor de Justiça nos municípios de Sumé, Monteiro, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa; assessor técnico da Procuradoria-Geral de Justiça do MPPB (2003, 2005-2007 e 2009-2011) e promotor corregedor da Corregedoria-Geral do Ministério Público da Paraíba (2011-2015).

AL lança Parlamento Jovem no mês dedicado à juventude

Deputados e convidados discutiram, em sessão especial, importância da participação dos jovens na política

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) realizou ontem uma sessão especial para lançar o Parlamento Jovem da Paraíba e discutir iniciativas adotadas durante a programação do Agosto das Juventudes do Governo do Estado. Proposto pelo presidente da Casa de Eptácio Pessoa, Adriano Galdino, o evento contou ainda com a participação dos deputados Anísio Maia e Chió.

A sessão, que aconteceu de forma remota, foi feita em conjunto com a Secretaria da Juventude da Paraíba em alusão ao Dia Internacional da Juventude. O presidente Adriano Galdino afirmou que a Assembleia se mantém sempre aberta para ouvir os anseios da juventude e ressaltou que é preciso, além de escutar, aprender com os mais jovens para a construção de um futuro melhor para todos os paraibanos. "Estou muito feliz em dividir esse momento. Esta sessão tem o propósito de ouvir a juventude para construirmos uma Paraíba melhor e mais justa para todos. A juventude paraibana é forte e pode chegar aonde quiser, desde que haja preparo e capacidade para enfrentar seus desafios diante de um país que, socialmente, é muito injusto", refletiu o presidente.

Para o deputado Chió, é

necessário que o Poder Legislativo se mantenha atento às demandas da juventude para que sejam desenvolvidos e apresentados projetos que atendam às necessidades dos mais jovens. "É importante que a Casa esteja sensível às causas da juventude. O Parlamento paraibano precisa debater cada vez mais com os jovens para que possamos desenvolver melhor nossos trabalhos na Assembleia", argumentou Chió. "Cada fala desses jovens nos fortalece e nos ajuda a sonhar com um Brasil próspero e cheio de oportunidades", concluiu o deputado.

O deputado Anísio Maia parabenizou o presidente Adriano Galdino pela proposta de uma sessão especial para ouvir a juventude paraibana. As políticas públicas direcionadas para os jovens, segundo Anísio, precisam de mais atenção e a juventude tem que ser envolvida em todos os níveis do poder público. "A juventude precisa ser ouvida no Brasil. Um país que não ouve a sua juventude não tem futuro. Esta reunião nos deixou atualizado e atualizado com os problemas dos mais jovens", declarou Anísio.

Inscrições

O diretor legislativo da Assembleia Legislativa da



Sessão especial foi realizada ontem de forma remota, atendendo proposta apresentada pelo presidente Adriano Galdino

Paraíba, José Neto, explicou que o Parlamento Jovem surgiu em 2019 com o intuito de inserir o jovem no espaço político para que no futuro estes jovens estejam ainda mais integrados ao Poder Legislativo. "Por meio de um edital, os candidatos poderão se inscrever e farão uma redação que será analisada pela Secretaria Legislativa. Inicialmente, serão 12 deputados jovens, no entanto, em 2022, faremos um projeto ainda maior. Os integrantes terão direito a assessores e os três melhores serão encaminhados para o Parlamento Jovem do Congresso Nacional". Neto ressal-

tou ainda que a gestão atual se preocupa com a juventude e almeja que os jovens estejam integrados ao Parlamento estadual. "Vamos fazer história aqui na Assembleia. Vamos trazer o jovem que nunca teve acesso a absolutamente nada quanto à política e esse jovem vai entrar e ocupar espaços na Assembleia e certamente, um dia, irão testemunhar que o Parlamento Jovem lhes deu a oportunidade de tornarem-se deputados ou servidores da Assembleia".

A secretária executiva de Estado da Juventude, Rafaella Camarens, destacou que o presidente Adriano Galdino

demonstrou sensibilidade ao pôr em prática o Parlamento Jovem. "O lançamento do Parlamento Jovem me deixa muito entusiasmada. É necessário que a juventude paraibana participe da política. Fiquei muito feliz com essa notícia e tenho certeza que a juventude paraibana também", comemorou Rafaella.

Representando a Secretaria de Estado da Educação, Bela Gama afirmou que a secretaria atua com o intuito de promover o protagonismo juvenil e a abertura da Casa de Eptácio Pessoa para os jovens os torna protagonistas na política paraibana. "Esta

sessão com a Assembleia é de extrema importância. Nossos jovens tem sede de voz política e de ocupar espaços. Temos ações para trabalhar com o protagonismo e contra o preconceito, dando voz aos nossos jovens", afirmou Gama.

A representante da Defensoria Pública do Estado, Marianne Fontenelle, exaltou a ideia de criação do Parlamento Jovem pela Assembleia Legislativa da Paraíba e pontuou que a Defensoria está à disposição para atuar ao lado do Poder Legislativo, atendendo demandas de interesse da juventude. "O Parlamento Jovem materializa o Estatuto da Juventude no que se refere aos meios de atribuir voz política aos jovens", observou Marianne.

A sessão especial contou ainda com a participação do representante da Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Municipal, José Henrique Peres; do representante do Serviço Pastoral de Migrantes do Nordeste, Diego Silva; do senhor Anderson Luís, representando a União da Juventude Socialista da Paraíba (UJS-PB); do diretor do Centro Cultural de Mangabeira, Júnior Mangueira; do gestor da Juventude do Município de Cubati, Noé Rozendo; além de membros da sociedade civil organizada.

Ações marcam 'Dia de Luta da População em Situação de Rua'

Foto: Dayse Euzébio/Secom/PMJP

A Prefeitura de João Pessoa (PMJP), por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Sedhuc), preparou uma programação especial para marcar o 'Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua', celebrado hoje. Das 8h às 11h, serão realizadas ações de cidadania e saúde. As atividades vão acontecer em estrutura montada em frente ao Centro Pop I, localizado à Rua Treze de Maio, no Centro da cidade.

A programação terá início com um café da manhã. Na sequência, os participantes terão acesso ao Balcão de Direitos da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB);

a serviços de saúde, como vacinação, atendimento odontológico, aferição de pressão arterial e testes rápidos de covid-19, glicemia e diabetes; à inscrição no Sine-JP; à atualização de dados no Bolsa Família; a cortes de cabelo; além de exposição de artes e apresentações musicais dos acolhidos.

O secretário de Direitos Humanos e Cidadania, João Corujinha, destacou que a pasta tem trabalhado para garantir que as políticas públicas da pessoa em situação de rua sejam garantidas. "Reunimos nossas equipes para desenvolver, com muito carinho, a programação para este 19 de agosto. Não poderíamos



Atendidos por programas sociais participam de um café da manhã

deixar de marcar esta data. É um dia de unir forças e lutar para que cada vez mais os direitos sejam efetivados", disse.

Para a realização do evento de hoje, a Sedhuc

conta com parceria da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedest); e de movimentos da sociedade civil.

Socioeducandos participam de curso do Jovem Aprendiz

Dez adolescentes do Lar do Garoto receberão aulas sobre Aprendizagem Profissional em Serviço Administrativo

A Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac), por meio da diretoria técnica, através do eixo Profissionalização, Trabalho e Previdência, deu início a mais uma turma do Curso de Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviço Administrativo para 10 adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Lar do Garoto (Lagoa Seca). O curso terá duração de 10 meses, com previsão de término para junho de 2022. A turma foi batizada de 'Ivan de Sousa Medeiros', em homenagem ao agente da unidade que faleceu vítima do covid-19 este ano.

Segundo Waleska Ramalho, presidente da Fundac, a segunda turma do Projeto Jovem Aprendiz no Socioeducativo é fruto de uma parceria que se tornou um marco na ressocialização de adolescentes e jovens através da profissionalização. "A Fundac agradece a todos os envolvidos, especialmente aos que acolheram esse projeto e estão transformando vidas. Entre eles, não poderia deixar de destacar, a nossa equipe do Lar do Garoto, que tem feito um brilhante trabalho junto aos órgãos competentes", lembrou.

O diretor interino da



O curso terá duração de 10 meses, com previsão de término para junho de 2022

unidade, Antônio Márcio Santana Figueiredo, disse que era visível a empolgação dos adolescentes. Para ele, falar da alegria e da participação desses alunos que têm a possibilidade de uma vida melhor quando deixarem a unidade é entusiasmante. "Vi adolescentes ligando para familiares, informando que

era um sonho realizar esse curso para mostrar aos pais que também iam levar algo de bom disso aqui", enfatizou.

A coordenadora técnica do Lar do Garoto, Socorro Carvalho disse que isso é a concretização da implantação da política de profissionalização, garantindo o direito previsto no Estatuto da

Criança e do Adolescente. "A Fundac vem estabelecendo, com metas, a instituição das políticas públicas no tocante aos direitos dos adolescentes referentes à vida, saúde, educação, cultura, ao esporte, lazer e a profissionalização na perspectiva da proteção integral" ressaltou.

Segundo a supervisora

pedagógica do Senac (parceiro da Fundac), Adrielle Fernandes, o curso sobre Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviço Administrativo tem uma programação teórica e prática.

"Os conteúdos são voltados ao administrativo, porém, eles irão ao primeiro momento ter um conhecimento

voltado ao desenvolvimento socioemocional, bem-estar pessoal e social do jovem, recursos tecnológicos no contexto social do trabalho, leitura e compreensão de textos, letramento matemático e educação financeira e laboratório juvenis". Segundo Adrielle, as atividades são realizadas de forma remota, através de uma plataforma de aprendizagem, assistida e acompanhada pelo instrutor através do Google Meet. As primeiras instruções foram ministradas pela coordenadora pedagógica do Senac, Ana Iris.

Programa Jovem Aprendiz no Socioeducativo - O programa é fruto de convênio assinado entre o Governo do Estado (por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e da Fundac), o Ministério Público do Trabalho (por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região), a Superintendência Regional do Trabalho, o Tribunal de Justiça do Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba (Fecomércio/PB), além do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-PB), responsável por ministrar o curso para os socioeducandos.

Foto: Secom-PB



A UNIÃO

128 ANOS - PATRIMÔNIO DA PARAÍBA

Fundado em 2 de fevereiro de 1893
no governo de Álvaro Machado

Ano CXXVIII Número 174 | R\$ 3,50

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 22 de agosto de 2021

auniao.pb.gov.br | @jornalauniao

Lei para estimular a atividade empresarial gera contradições

Criada em 2019, Declaração de Direitos de Liberdade Econômica reduziu burocracia e precarizou relações de trabalho. **Páginas 17 e 18**

Foto: Roberto Guedes



Entre



Foto: Divulgação

Aline Mota Advogada fala sobre a atuação da Defensoria Pública no combate ao racismo. **Página 4**

Aline Mota,
defensora pública

"Racismo é problema social e chaga sistêmica"

Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado atua para garantir os direitos da população negra



“Tem uma frase muito emblemática e simbólica de Angela Davis (professora, filósofa, escritora e ativista estadunidense), que fala que ‘quando uma mulher negra se movimenta, ela movimenta toda a estrutura da sociedade’”

Foto: Divulgação

Laura Luna
lauraluna@gmail.com

Problema crônico construído sobre as bases sólidas de um país que, desde os primórdios, subjugou, di-

minuiu, escravizou e matou o povo negro, liberto ‘parcialmente’. É que em pleno século XXI ainda se vê, com frequência angustiante, atrocidades que a sociedade - civil e Estado - insiste

em repetir. Palavras, atos e omissões ‘justificados’ pela cor da pele.

Mas na Paraíba a luta contra o racismo ganha mais um aliado: o Grupo de Trabalho (GT) pela Igualdade

Racial da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), vinculado ao Núcleo Especial dos Direitos Humanos e Cidadania (Necid), que irá trabalhar diretamente com medidas de combate ao ra-

cismo e garantia dos direitos da população negra.

A União conversou com a coordenadora do GT, Aline Mota. Natural da Bahia, negra, feminista e antirracista, a defensora pública

falou sobre o trabalho a ser realizado, os desafios do enfrentamento ao que chama de ‘chaga social sistêmica’ e a descrença em relação à ação do Judiciário no enfrentamento a esse tipo de crime.

A entrevista

Quais os desafios de combate ao racismo e discriminação por raça?

Ao meu ver, o principal desafio ao enfrentamento ao racismo se refere ao fato de ser um problema social, uma chaga social sistêmica. Vale dizer, o racismo é sistêmico, é estrutural, e, portanto, estruturante (sim, importante ser redundante nesse ponto) da nossa sociedade, e alterar estrutura social não é algo simples, é, em verdade, revolucionário, basta olharmos para a história.

Como estão as condenações e ações de repressão ao racismo no país? E na Paraíba?

A repressão a violações de direitos humanos das pessoas negras é, ainda hoje, infelizmente, inexpressiva, tanto no âmbito criminal, quanto no cível. Recentemente a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPRS), juntamente com a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) firmaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de promover reparação de danos/redução de danos ao episódio de assassinato de João Alberto, no Carrefour, fofizada no TAC a quantia de R\$ 115 milhões a ser paga pelo Carrefour, a título de danos morais à família da vítima, como também danos morais coletivos. Tal TAC foi um grande avanço, no que se

refere à reparação de danos referentes à violação de direitos humanos de pessoas negras.

Na Paraíba, como no restante do Brasil, a matéria não vem recebendo atenção devida por parte do Poder Judiciário. Isso porque diversas condutas racistas não são vistas como tal. O que observamos é que o Judiciário, composto em sua maioria, por pessoas brancas, por juízes e juízas brancos, não têm a compreensão devida sobre a temática, o que reflete em julgamentos muitas das vezes dissociados da realidade. Podemos exemplificar condutas racistas com tom humorístico, de brincadeira, que não são vistas pelos julgadores como prática de racismo, quando, na verdade, são em nome: Racismo Recreativo.

Como a Paraíba tem enfrentado essa questão?

A PB tem enfrentado a pauta racial de forma muito tímida. Algumas instituições como a Defensoria Pública começaram agora a despertar para a pauta racial. Muito recentemente foi criado o Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial da DPPB do qual eu faço parte, e atualmente estou na coordenação, ao lado de colegas queridas/os como Dra. Fernanda Peres, Iara Bonazzoli, Monaliza Montenegro, Raissa Pallot, José Gerardo Rodrigues, e a ouvidora externa da DPPB, Dra. Cécia Palmeira.

Como será o Plano de Trabalho de Combate à De-

sigualdade Racial da DPE?

O plano de trabalho do GT da igualdade racial está sendo elaborado. Temos o prazo de 60 dias para submeter à aprovação do defensor público geral, Dr. Ricardo Barros. Para isso temos nos reunido com os movimentos negros do Estado da Paraíba, com vistas a fazer o levantamento das demandas mais urgentes, e a partir de então estabelecermos nossos eixos de atuação e ações necessárias. O GT é um órgão sobredito de articulação institucional da Defensoria Pública com as demais instituições do sistema de Justiça, demais instituições públicas e também privadas.

O que você acha mais desafiador nesse processo de luta antirracista?

Não existe atualmente um tratamento adequado por parte dos atores das instituições que integram o sistema de Justiça e isso, na verdade, é reflexo do racismo estrutural, que é o que chamamos de racismo institucional. A gente percebe que as instituições, além de serem compostas por pessoas brancas em sua grande maioria, os espaços e cargos de poder, postos de trabalho e lideranças são ocupados por pessoas brancas e não por pessoas negras, essas ocupam posições de subalternidade. Então o juiz é branco, a juíza é branca, mas a pessoa que faz a limpeza do chão e dos banheiros do fórum é a pessoa negra. Então o racismo estrutural re-

flete nas instituições também, daí ser chamado de racismo institucional. E a gente verifica que o racismo perpassa todas as relações sociais, inclusive as relações entre o cidadão e o Estado e entre particulares também. E aí a gente pode falar do racismo entre civis quando, por exemplo, a gente vê o caso de Mateus, rapaz que foi abordado por um casal de pessoas brancas, no Rio de Janeiro, e nessa abordagem ele foi acusado de estar com uma bicicleta - que era dele - que teria sido furtada, porque um jovem negro não pode ter acesso a uma bicicleta elétrica. Como é que um jovem negro vai pedalar em uma bicicleta elétrica?

Então isso está no imaginário, intrusado na nossa mente, e o racismo estrutural é isso, ele é normalizado, são situações que são normalizadas. A gente olha para um negro em um shopping de paletó e automaticamente conclui que ele é o segurança, a gente não supõe que ele é o dono da loja, que é o empresário.

Qual a sua análise a respeito da atuação da Justiça? E sobre a tipificação do crime de racismo?

O tratamento que o Poder Judiciário vem dando, é com desdém, tanto na esfera cível, quanto na criminal. Na esfera criminal não é de surpreender porque, no meu entendimento, o sistema judicial-criminal é um sistema de controle social do Estado e controle social de pessoas específicas: da popu-

lação pobre e, no caso, da população negra. Então, um sistema que é voltado para conter corpos negros não teria como dar respostas a violações de direitos dessa população, seria um contrassenso, então eu não espero isso do sistema de justiça criminal.

Sempre se pauta a importância de se criminalizar o racismo, que é crime doloso que, segundo a legislação, para ser praticado precisa haver vontade e consciência, chamado de ‘dolo’ - que é a intencionalidade na conduta ou seja, não existe crime de racismo ‘culposo’ - que acontece quando não há intenção de praticá-lo - e não existe crime de racismo culposo. E muito vem se pautando na necessidade de tipificar o racismo culposo, que é inclusive uma demanda dos movimentos negros, mas eu tenho uma leitura diferente porque eu tenho uma visão crítica a cerca do direito penal, eu sou abolicionista penal - ou seja, contra a existência do direito penal nos termos que está posto - e eu entendo que o direito penal na verdade é uma falácia, um engodo e que não serve para proteger bens jurídicos, como é dito. No meu entendimento o Direito tem a função de controlar corpos de pessoas que estão em posições de subalternidade, mantendo a sociedade de classes e manter o status quo assegurando o poder e, no caso do Brasil, como a gente vive numa sociedade de castas, de hierarquia racial.

É um trabalho e uma luta que parte de suas próprias vivências.

As pessoas pretas sofrem racismo desde sempre e o fato de ocuparem espaços de poder, como é o meu caso, que sou defensora pública, o fato de estar em posição de liderança não me blindam nem me torna imune aos efeitos do racismo, de jeito nenhum. Então é um sistema que é muito cruel, muito violento e opressor e se torna ainda mais cruel por ser mulher preta. Nesse contexto se inter cruzam dois sistemas de opressão, já que eu sofro os efeitos do racismo e do machismo, e isso é bem cruel porque as mulheres pretas estão na base da pirâmide social.

Tem uma frase muito emblemática e simbólica de Angela Davis (professora, filósofa, escritora e ativista estadunidense), que fala que “quando uma mulher negra se movimenta, ela movimenta toda a estrutura da sociedade” e eu sempre me arrepio quando falo essa frase. E quando uma mulher preta, que é o meu caso, alcança e ocupa um espaço de poder é muito revolucionário.

*Aline Mota é também coordenadora adjunta da Comissão Étnico-Racial da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e coordenadora do 5º Núcleo Regional de Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPPB).

Reinserção social

Escritório Social completa um ano com mais de 400 atendimentos realizados

Em um ano de atuação, o Escritório Social da Paraíba realizou mais de 400 atendimentos a pré-egressos e egressos do sistema prisional e seus familiares. O equipamento, inaugurado em 28 de agosto de 2020, visa, por meio de ações multidisciplinares, à reinserção social de pessoas que estão em regimes semiaberto, aberto e livramento condicional, bem como àquelas que tiveram suas penas extintas.

Resultado de um termo de cooperação técnica entre o Governo do Estado, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça da Paraíba, o Escritório Social possui gestão compartilhada, tendo as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Humano, da Administração Penitenciária, da Mulher e da Diversidade Humana e o Tribunal de Justiça da Paraíba como parceiros na execução. O serviço criado no âmbito da Lei Estadual Nº 11.570/2019 promove autonomia e oportuniza a construção de novos projetos de vida, com vistas a reduzir a reincidência criminal e romper com o ciclo da violência.

Mesmo com as limitações impostas pela pandemia, a equipe do Escritório Social realizou 400 atendimentos, tendo 300 usuários em acompanhamento, 350 encaminhamentos para a

rede, 350 contatos telefônicos com a rede, 450 contatos telefônicos com as pessoas acompanhadas, 40 visitas institucionais, 58 visitas domiciliares, 54 reuniões de equipes, 15 reuniões com a rede.

O secretário de Estado do Desenvolvimento Humano, Tibério Limeira, avalia que o Escritório Social vem prestando um excelente serviço à população egressa do sistema prisional paraibano. "Os números de atendimentos, em um ano, comprovam a relevância social desse serviço. Através de encaminhamentos para empregos formais, retirada de documentação civil e diálogo com os diversos serviços de educação, saúde e assistência social, o Escritório Social vem firmando e consolidando sua atuação junto às pessoas que saíram do sistema prisional e agora querem retomar suas vidas de forma digna".

No detalhamento dos atendimentos estão a realização de entrevistas e escuta qualificada; encaminhamento e acompanhamento dos egressos e seus familiares para rede de serviços inter-setoriais para viabilização de direitos; encaminhamento para emissão de documentação civil, via Programa Cidadão; para o Sine Municipal e Estadual, a fim de reinserir o usuário no mercado de tra-

balho; para os Cras, Creas, Caps, Conselhos Tutelares, Centros de Cidadania LGBT, Centros Pops, Cehap, ParaíbaTec, Centro de Referência da Mulher, Equipes de Saúde das Unidades Prisionais, Vara de Execução Penais - Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público; estabelecimento de convênios para assegurar vagas de trabalho para as pessoas egressas do sistema prisional (Sedh e Sudema); assinatura dos contratos das mulheres participantes do Empreen-

der Mulher - Reintegração Social; entrega de cestas básicas, oriundas de medidas emergenciais adotadas pelo Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, e outros.

Atualmente atuam duas equipes, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, na sede do Escritório Social, localizada na Rua Diogo Velho, 180, Centro, João Pessoa/PB.

Foto: Secom-PB



Equipes do Escritório Social realizaram 54 reuniões em um ano de atividades

Pedido de destituição



Representantes dos professores, funcionários e estudantes colocaram faixas em defesa da autonomia da UFPB durante o protesto realizado ontem

Entidades da UFPB realizam protesto e apresentam dossiê contra Valdiney

Iracema Almeida
iracemalulbarino@epc.pb.gov.br

Na Semana Nacional de Luta contra a intervenção nas Instituições Federais de Ensino organizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), manifestantes do Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na Universidade Federal da Paraíba – formado por sindicatos dos professores e servidores da UFPB e universitários – realizaram ontem mais um ato contra o atual reitor da instituição Valdiney Gouveia.

O evento ocorreu em frente do prédio da Reitoria onde foi entregue um dossiê com supostas irregularidades e ações antidemocráticas realizadas pelo gestor durante esses últimos 10 meses, que mesmo não tendo sido o mais votado na eleição para reitor, foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para ocupar o cargo. O documento foi protocolado na Secretária dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (Sods) com pedido para ser apresentado ao Consuni (Conselho) e o Consepe (Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão) e inclui um pedido para que os conselhos aprovem a destituição do reitor Valdiney Gouveia.

De acordo com o representante da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (Adufpb),

Fernando Cunha, a manifestação teve o objetivo de tornar público as ações do mandato do reitor empossado pelo presidente Bolsonaro, que descaracteriza a autonomia da universidade, a liberdade de expressão e dos sindicatos. “Esse ato faz parte de uma luta que começou desde o início da intervenção da UFPB. Estudantes, professores e técnicos administrativos não reconhecem a nomeação do professor Valdiney. Lutamos pela democracia! A democracia pressupõe voto, e ele não teve votos para vencer a disputa. Por isso, decidimos participar e intervir pela derrubada das intervenções em todas as universidades”, destaca o professor.

A manifestação contou com a participação de universitários da UFPB e representantes dos movimentos estudantis. A universitária do curso de Serviço Social, Gabriela Kollantai, 22 anos, fez questão de participar e declarar sua indignação. “A gente teve a democracia universitária ferida, pois a pessoa eleita não foi empossada e sim quem ficou em terceiro lugar. Isso é algo muito grave! Queremos mostrar que o interventor tem usado medidas antidemocráticas, com perseguição aos sindicatos, ao movimento estudantil e a todas as pessoas que se dispõem a construir uma universidade autônoma, o dossiê é a prova disso”, lamentou.

O estudante de História, Ciro Kaleb, 25 anos, relatou

que a mobilização reflete o cenário de uma conjuntura nacional de ataques à Educação. “Tudo isso é fomentado e incentivado pelo governo Bolsonaro. Há mais de dez meses a comunidade acadêmica se encontra em resistência, porque a gente não admite um professor que não foi eleito na Reitoria”, disse o representante do movimento Levante Juventude.

Durante o protesto era possível ouvir palavras de resistência, como: “Mau dia Valdinei, como vai? Vai cair” “Golpista” “Interventor” “Fora, Valdinei!” “Ditador”. E em meio à movimentação o reitor Valdiney Gouveia apareceu, entre os manifestantes e até bateu palma para os participantes do ato. “Isso é um movimento democrático possível e sem nenhum problema para a gente. Acho que é uma expressão que eles têm direito de fazer, isso não me afeta”, revelou o reitor em tom de tranquilidade e calma, mesmo diante das manifestações contra seu mandato.

Sua aparição aumentou os ânimos dos participantes da mobilização. A estudante de Gastronomia, Hellen Lima, 23 anos, afirmou que o reitor Valdiney é a representação concreta do que é o governo Bolsonaro. Que sua vinda até aqui foi com o pretexto foi para construir uma figura de diálogo que ele não tem. “Interventores não dialogam, eles censuram e perseguem, como

ele vem fazendo e nossa luta é para que esse interventor seja destituído”, reforçou a universitária.

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba, Ednaldo Costa, frisou que Valdiney ataca as instituições de forma desleal, despejando as entidades que fazem parte da UFPB. “O reitor ameaça até tirar a gente da nossa sede, que foi construída com recursos próprios em 1960. Ele só não despejou a gente porque o Consuni suspendeu o processo, senão ele já tinha colocado a polícia para nos retirar”, ilustrou.

“Nossa luta não é só como servidor público, mas como brasileiro! Estamos aqui para manter a democracia, que foi conquistada com tanta luta. O poder precisa continuar vindo do povo e esse movimento é em defesa do tripé da universidade: estudantes, professores e servidores”, acrescentou a técnica administrativa, Eurídice Almeida, 61 anos.

O dossiê foi protocolado no Conselho Universitário da UFPB (Consuni), para que seja avaliada as informações que constam no documento visando a destituição de Valdiney Gouveia. O Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na Universidade Federal da Paraíba também encaminhou as denúncias ao Ministério Público da Paraíba e Defensoria Estadual da Paraíba.

Projeto A-colher atende vítimas de violência

Cinco psicólogas voluntárias do projeto A-colher, realizado pela Coordenadoria de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), chegaram esta semana a marca de 170 horas de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica assistidas pela instituição. Desde a implantação dos atendimentos, em maio deste ano, 54 mulheres iniciaram acompanhamento terapêutico com as profissionais, que celebram hoje o Dia do Psicólogo.

O objetivo do projeto A-colher é ofertar possibilidades para que a mulher possa superar a violência a que foi submetida, resgatar sua autoestima e conscientizar-se sobre as diversas formas de violência contra a mulher. São voluntárias do projeto as psicólogas Dandara Camboim, Maressa Marques, Ana Maria Araújo, Kizzi Mayara Rodrigues e Ingryd Mayara Leite.

De acordo com a coordenadora do grupo, a psicóloga da DPE Vanilda Luna, o foco dos atendimentos está na (re) es-

truturação emocional da mulher assistida, com um trabalho de fortalecimento da nova realidade e apresentação de uma proposta racional para o recomeço.

São 12 sessões de 50 minutos de atendimento, podendo, em casos excepcionais, ser estendido de acordo com a necessidade. No término das sessões, a psicóloga verifica o estado de aceitação da situação pela assistida e só então ela é desligada, por meio de alta. O desligamento do projeto pode ser antecipado, caso a assistida falte a três sessões de terapia.

De modo geral, as mulheres que são encaminhadas para acompanhamento chegam até a DPE excessivamente ansiosas, com medo de retaliações e desacreditadas quanto ao projeto de retomarem o controle de suas vidas. A defensora pública Monaliza Montinegro ressalta que conseguir compreender sua inserção no contexto de gênero e acessar as raízes profundas da violência doméstica é essencial para superação do ciclo de violência.

17

• TAMBAÚ DA GENTE MANHÃ

Assistência jurídica na Defensoria Pública do Estado

<https://www.youtube.com/>



Saiba como conseguir assistência jurídica na Defensoria Pública do Estado - Tambaú da Gente Manhã

27

• TV CABO BRANCO - BOM DIA PARAIBA

Psicólogas voluntárias atendem mulheres vítimas de violência doméstica

<https://globoplay.globo.com/v/9805873/?s=0s>

